

## Carta dos Editores

Flavio Gaitán e Francisco Duarte

O presente volume da revista *Desenvolvimento em Debate* reúne um conjunto de artigos que abordam, sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, desafios contemporâneos relacionados à governança ambiental, políticas públicas, inovação tecnológica e dinâmicas socioeconômicas. Os estudos apresentados exploram temas diversos, desde a gestão sustentável dos recursos hídricos e os impactos da urbanização em uma sociedade de risco até a participação social em processos de licenciamento ambiental. Além disso, são analisadas as interações entre propriedade intelectual e inovação no agronegócio, a influência dos fundos de investimento na formação de preços de commodities e o potencial das farmácias vivas para a valorização da biodiversidade amazônica. Ao longo dos artigos, evidencia-se a complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e regulação econômica, fornecendo subsídios para reflexões acadêmicas e formulação de políticas públicas.

O artigo que abre o volume, *“A gestão de recursos hídricos baseada na abordagem dos serviços ecossistêmicos”* de Géssica Mathias Diniz e Junior Ruiz Garcia, analisa a evolução dos modelos e instrumentos de gestão de recursos hídricos, com ênfase na abordagem baseada em serviços ecossistêmicos (SEs). Fundamentado nos pressupostos da Economia Ecológica e em experiências de gestão de bacias hidrográficas, o estudo explora a adoção da cobrança pelo uso da água como um mecanismo para promover o uso sustentável dos recursos hídricos. A pesquisa, desenvolvida a partir de fontes secundárias, análise documental e bibliográfica, destaca a importância de integrar dimensões econômicas, sociais e ambientais na formulação de políticas de gestão, considerando a interdependência entre o bem-estar humano e os serviços ecossistêmicos providos pelos recursos naturais.

Os autores argumentam que a incorporação dos serviços ecossistêmicos na gestão hídrica pode gerar benefícios socioeconômicos e ambientais significativos, ao valorizar a função dos ecossistemas na regulação e provisão da água. O artigo apresenta e discute exemplos de programas internacionais e nacionais que adotaram essa abordagem, evidenciando seus impactos positivos na conservação dos recursos e na promoção da sustentabilidade. Ao articular teoria e prática, o estudo contribui para o debate sobre políticas públicas ambientais, propondo caminhos para uma gestão integrada e eficiente dos recursos hídricos em contextos de crescente escassez e degradação ambiental.

O artigo a seguir, *“Da dimensão ambiental cepalina a sociedade de risco: Avanços, fronteiras e perspectivas em Curitiba-PR”*, de Parley Lopes Bernini da Silva e colaboradores analisa como as políticas ambientais recentes, desenvolvidas por redes de cidades ecológicas, contribuem para a antecipação e mitigação de riscos ambientais, tomando como referência as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O estudo tem como foco a cidade de Curitiba-PR, onde se investiga de que forma a noção de risco antecipado é representada frente à emergência climática, considerando o contexto de uma sociedade de risco global. A pesquisa combina análise documental e entrevistas com profissionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), evidenciando a integração – ou a ausência dela – das diretrizes da CEPAL nas políticas locais e destacando o papel do C40 como um espaço de articulação para práticas sustentáveis em nível urbano.

Os resultados revelam que, embora haja um crescente reconhecimento da importância da agenda ambiental, persistem desafios relacionados à difusão do conhecimento sobre as

orientações da CEPAL e à capacidade de traduzir tais diretrizes em políticas públicas locais eficazes. O estudo destaca a relevância da Teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck para compreender as interações entre riscos globais e contextos locais, enfatizando a necessidade de políticas ambientais que articulem resiliência, sustentabilidade e equidade social. Assim, o artigo contribui para o debate sobre governança ambiental e formulação de políticas públicas, oferecendo uma análise crítica das tensões entre desafios globais e respostas locais frente à crise climática.

Na sequência, Cynthia Akemi Anno Franco e Maria Rita Raimundo e Almeida, autoras do artigo *“Participação pública no processo de licenciamento ambiental do Rodoanel Metropolitano de São Paulo”*, analisam criticamente a participação pública no processo de Licenciamento Ambiental (LA) e Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do Rodoanel Metropolitano de São Paulo, um dos casos mais emblemáticos do estado. A partir de uma pesquisa que combina análise documental, mapeamento de atores e entrevistas semiestruturadas, o estudo identifica as formas de participação presentes, como audiências públicas, manifestações escritas, envolvimento do CONSEMA e mobilização social. Assim, o artigo destaca tanto as potencialidades quanto as limitações desses mecanismos participativos, evidenciando a complexidade da interação entre sociedade civil, órgãos governamentais e empreendedores em grandes projetos de infraestrutura.

Ao discutir os desafios e avanços na participação pública, o estudo revela como fatores institucionais, jurídicos e sociais moldam a efetividade dos processos de LA/AIA. Para os autores, o caso do Rodoanel ilustra a importância de práticas participativas significativas para a legitimação de decisões ambientais e para a promoção de uma governança mais democrática e transparente. Nesse sentido, o artigo contribui para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas, ao propor reflexões sobre a qualidade da participação e o papel das instituições na mediação de conflitos socioambientais, especialmente em contextos de grandes empreendimentos com impactos territoriais significativos.

O artigo a seguir, *“Aspectos históricos associados a concepção do manejo florestal sustentável bioenergético no Domínio da Caatinga”*, de Marcelo Silva de Lucena, Maria José Brito Zakia, oferece uma análise aprofundada dos processos históricos e políticos que moldaram o ideal e o discurso sobre o manejo florestal sustentável (MFS) bioenergético da vegetação nativa do Domínio da Caatinga. Fundamentado na teoria do discurso, o estudo evidencia como o MFS emergiu como resposta a desafios socioeconômicos e ambientais, destacando-se tanto pelo papel estratégico no suprimento energético regional quanto por sua inserção nas políticas ambientais nacionais. Os autores exploram, de forma crítica, como diferentes atores e instituições – desde organismos internacionais, como a FAO e o PNUD, até agências estatais brasileiras – contribuíram para consolidar o MFS como um instrumento de desenvolvimento sustentável, articulando interesses econômicos, ambientais e sociais.

Além de resgatar o percurso histórico do MFS, o artigo contribui para o debate sobre a relação entre práticas produtivas e discursos ambientais, destacando o poder performativo dos discursos na formulação de políticas públicas e na legitimação de modelos de exploração dos recursos naturais. O estudo demonstra que o MFS bioenergético não é apenas uma técnica de manejo, mas um constructo político e simbólico, resultado de processos históricos que refletem disputas por significados em torno do desenvolvimento sustentável. Trata-se, portanto, de uma leitura relevante para pesquisadores e formuladores de políticas interessados em compreender as dinâmicas socioambientais que atravessam o manejo florestal na Caatinga e em outros contextos de ecossistemas semiáridos.

Na sequência, a contribuição de Maria Beatriz Machado Bonacelli, Nadja Maria Lepsch da Cunha, Rosana Zau Mafra, Nataly Cubides Zuñiga, Reinaldo Correa Cosa, “*As farmácias de manipulação de farmácias vivas na promoção da sociobioeconomia Amazônia*”, analisa o papel das Farmácias de Manipulação (FM) e das Farmácias Vivas (FV) na promoção da sociobioeconomia amazônica, com foco na utilização de plantas medicinais nativas, especialmente o guaraná (*Paullinia cupana*). A partir de entrevistas com atores da cadeia produtiva, o estudo examina a produção de fitoterápicos, destacando a limitada presença do guaraná nas práticas dessas farmácias, apesar de seu potencial terapêutico e importância cultural para povos indígenas da Amazônia. A análise revela que, embora o Brasil detenha uma das maiores biodiversidades do mundo, há uma preferência por espécies medicinais importadas, o que limita o aproveitamento de insumos farmacêuticos ativos vegetais (IFAVs) nativos.

Assim, o estudo aponta a necessidade de maior financiamento para pesquisas que explorem os benefícios terapêuticos de espécies amazônicas, visando impulsionar a produção de fitoterápicos e sua integração no Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, destaca a importância de políticas públicas que valorizem o conhecimento tradicional e promovam a inovação na cadeia de fitomedicamentos. O artigo contribui para o debate sobre o potencial da biodiversidade brasileira, evidenciando desafios e oportunidades para o fortalecimento da sociobioeconomia amazônica, a partir da articulação entre práticas tradicionais, pesquisa científica e políticas de saúde pública.

O artigo a seguir, “*A influência dos fundos de investimento na formação do preço do óleo de soja na Bolsa de Cereais de Chicago*”, de Argemiro Luís Brum, Daniel Knebel Baggio, Francisca Mendonça de Souza, Rodrigo Prante Dill, Isoé Nicolas Schneider e Eduardo Knebel Del Frari, analisa a influência dos fundos de investimento na formação do preço do óleo de soja na Bolsa de Cereais de Chicago (CBOF), considerando o período de 2006 a 2019. A partir de análises de correlação e regressão entre o preço futuro do óleo de soja e a atuação de diferentes grupos de traders, o estudo busca compreender em que medida esses fundos impactam as cotações do produto. Os resultados indicam que, embora a influência direta dos fundos sobre o preço do óleo de soja seja limitada, há uma forte correlação entre as cotações do óleo e do grão de soja, além da significativa relação com o comportamento dos preços do petróleo no mercado internacional.

O artigo contribui para o debate sobre a dinâmica de formação de preços das *commodities* agrícolas, destacando o papel dos movimentos especulativos nos mercados de futuros. Ao evidenciar que o preço do óleo de soja oscila principalmente em função das variações do grão de soja e do petróleo, os autores reforçam a importância de fatores macroeconômicos e estruturais sobre as cotações, enquanto a atuação dos fundos de investimento exerce um papel secundário. Trata-se de uma análise que oferece insights relevantes para produtores, investidores e formuladores de políticas, especialmente no contexto da comercialização internacional da soja e seus derivados.

Por fim, o artigo “*Propriedade intelectual na sojicultura transgênica brasileira*”, de Ariane Marcela Cortes, Marcos Paulo Fuck, Sergio Medeiros Paulino de Carvalho, Jaqueline Carolino Cortés e colaboradores examina as possibilidades de proteção da propriedade intelectual das sementes transgênicas de soja no contexto da sojicultura transgênica brasileira, com base na legislação vigente. O estudo analisa como diferentes mecanismos – patentes, proteção de cultivares e marcas – são utilizados para garantir a captura de lucros advindos da inovação tecnológica no setor agrícola. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, o artigo contribui para a análise do impacto da legislação de propriedade intelectual na dinâmica da pesquisa e

desenvolvimento de sementes transgênicas, destacando as especificidades do Brasil em comparação com outros países, especialmente no que se refere à proteção de organismos geneticamente modificados.

O estudo revela que, embora a Lei de Cultivares proíba a dupla proteção (simultaneamente por patentes e direitos de melhorista), há uma flexibilização crescente dessa restrição, abrindo precedentes para disputas judiciais que questionam tais limites. Além disso, o artigo destaca o papel estratégico das marcas registradas para manter vantagens competitivas mesmo após a expiração de patentes. O trabalho contribui para o debate sobre propriedade intelectual no agronegócio, evidenciando os desafios regulatórios e as implicações para a soberania tecnológica, a competitividade do setor agrícola e o equilíbrio entre os direitos de empresas de biotecnologia e produtores rurais.

Ao reunir estudos que transitam entre a economia, a ecologia, a governança e a inovação, este volume contribui para a compreensão dos múltiplos fatores que estruturam os processos de desenvolvimento na atualidade. As análises apresentadas ressaltam a importância de abordagens interdisciplinares para enfrentar os desafios da sustentabilidade, da participação democrática e da regulação econômica em um cenário de intensas transformações globais. Assim, esta edição convida o leitor a refletir criticamente sobre as dinâmicas que moldam o desenvolvimento contemporâneo e os caminhos possíveis para a construção de políticas mais equitativas e sustentáveis. Boa leitura!